

MARIA DE FÁTIMA FREIRE DE SÁ

Doutora em Direito pela UFMG e Mestre em Direito pela PUC Minas.
Professora no Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em
Direito e na Graduação em Direito da PUC Minas. Pesquisadora do Centro de
Estudos em Biodireito – CEBID. Advogada.

BRUNO TORQUATO DE OLIVEIRA NAVES

Doutor e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Professor no Mestrado
em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom
Helder Câmara e nos cursos de Graduação em Direito da PUC Minas e da
Escola Superior Dom Helder Câmara. Pesquisador do Centro de Estudos em
Biodireito – CEBID. Advogado.

BIOÉTICA E BIODIREITO

4ª EDIÇÃO



Belo Horizonte
2018



Copyright © 2018 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

EDITORA DEL REY LTDA
www.livrariadelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Editora Assistente: Waneska Diniz

Diagramação: Alfstudio

Revisão: RESPONSABILIDADE DO AUTOR

Capa: Alfstudio

Editora

Rua dos Goitacases, 71 – Loja 24A – Centro

Belo Horizonte-MG – CEP 30190-909

Comercial:

Tel.: (31) 3293 8233

vendas@editoradelrey.com.br

Editorial:

editoraassistente@editoradelrey.com.br

Conselho Editorial:

Alice de Souza Birschal

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antonio Augusto Junho Anastasia

Antônio Pereira Gaio Júnior

Aroldo Plínio Gonçalves

Carlos Alberto Penna R. de Carvalho

Dalmar Pimenta

Edelberto Augusto Gomes Lima

Edésio Fernandes

Felipe Martins Pinto

Fernando Gonzaga Jayme

Hermes Vilchez Guerrero

José Adércio Leite Sampaio

José Edgard Penna Amorim Pereira

Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior

Misabel Abreu Machado Derzi

Plínio Salgado

Réнан Kfuri Lopes

Rodrigo da Cunha Pereira

S111b

Sá, Maria de Fátima Freire de

Bioética e biodireito. / Maria de Fátima Freire de Sá e Bruno Torquato de Oliveira Naves. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

472 p.

ISBN: 978-85-384-0515-3

1. Bioética. 2. Biodireito. I. Título.

CDU:34:575

SUMÁRIO

Nota dos Autores à Quarta Edição	XVII
Nota dos Autores à Terceira Edição	XIX
Nota dos Autores à Segunda Edição	XXI
Nota dos Autores à Primeira Edição	XXIII
 1 DA BIOÉTICA AO BIODIREITO	1
1. Introdução	1
2. Histórico da Bioética	4
3. Da Zetética à Dogmática Jurídica	8
4. Dogmática Jurídica e Justiça	13
5. Um Último Confronto: Biodireito e Bioética	15
6. O Biodireito como Microssistema Jurídico	17
 2 PRINCÍPIOS E INTERPRETAÇÃO NA BIOÉTICA E NO BIODIREITO	23
1. Introdução	23
2. A Tensão entre Axiologia e Normatividade no Direito, no Biodireito e na Bioética	25
3. Princípios da Bioética: Beneficência, Não Maleficência, Autonomia, Justiça e Responsabilidade	35
4. Princípios do Biodireito: Precaução, Autonomia Privada, Responsabilidade e Dignidade	40
5. A Teoria Discursiva Aplicada ao Biodireito	44
 3 DIREITOS DA PERSONALIDADE E PERSONALIDADE DO NASCITURO	53
1. Introdução e Conceitos Iniciais	53
2. Considerações Históricas	57

3. A Dignidade da Pessoa Humana e a Constituição Federal de 1988	61
4. A Teoria Geral dos Direitos da Personalidade e a Teoria do Direito Geral de Personalidade	62
5. Características dos Direitos da Personalidade	66
6. O Problema do Nascituro: Personalidade e Ontologia.....	69
6.1 A personalidade jurídica e a personalidade do nascituro na fundamentação clássica	70
6.2 A personalidade como centro de imputação normativa	74
6.3 Considerações finais sobre o nascituro.....	79
7. Sobrevida dos Direitos da Personalidade:	
A Questão do Morto.....	80
7.1 Direitos da personalidade após a morte e sua fundamentação clássica.....	82
7.2 A desnecessidade do sujeito nas situações jurídicas	84
 4 ABORTO E ANECEFALIA	87
1. Aborto: Conceito e Síntese Histórica	87
2. Classificação e Legislação Brasileira Atual	90
3. Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 54 – Anencefalia	92
4. Resolução CFM n. 1.989/2012 e Anencefalia	97
5. <i>Slippery Slope</i> : Extensão dos Efeitos da Decisão da ADPF 54 para outras Síndromes	98
 5 RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE E RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO	101
1. Relação Médico-Paciente: Ontem e Hoje	101
2. Autonomia Privada e Consentimento Informado.....	105
2.1 PSDA – <i>patient self-determination act</i>	106
2.2 Requisitos de validade da autonomia privada.....	108
2.3 Direitos e deveres	110
2.4 A confidencialidade na relação médico-paciente.....	113
3. Aspectos Gerais da Responsabilidade Civil Médica	115

3.1	Conceito e pressupostos da responsabilidade civil	115
3.2	Responsabilidade contratual e extracontratual	116
3.3	Obrigação de meio e obrigação de resultado	118
4.	Responsabilidade Civil dos Hospitais e Similares	122
5.	Responsabilidade Médica e Objeção de	
	Consciência a Tratamento Médico.....	125
5.1	Objeção de consciência de pessoas capazes	127
5.2	Objeção de consciência de incapazes	130
6.	Considerações Finais.....	133

6 REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA 137

1.	Introdução	138
2.	O Panorama Legislativo Brasileiro.....	140
2.1	O Código Civil de 1916 e o Código Civil de 2002	140
2.2	Projetos de Lei do Senado n. 90, de 1999 e n. 1184, de 2003	144
	2.2.1 Projeto Original e Substitutivos	144
	2.2.2 Projeto de Lei n. 1.184/2003	149
2.3	Resolução n. 2.168/2017, do CFM	151
	2.3.1 Limitação de Idade da Gestante	153
	2.3.2 Sigilo do Doador de Gametas.....	154
	2.3.2.1. Entraves ao anonimato a partir do	
	Provimento CNJ n. 52 e sua revogação pelo	
	Provimento CNJ n. 63/2017	155
	2.3.2.2. Anonimato dos doadores de gametas <i>versus</i> direito	
	ao conhecimento da origem biológica	157
	2.3.3 Doação Compartilhada de Oócitos	159
	2.3.4 Descarte de Embriões	161
	2.3.5 Cessão Temporária de Útero.....	164
	2.3.6 Reprodução Assistida <i>Post Mortem</i>	165
	2.3.7 Notas conclusivas sobre a Resolução CFM n. 2.168/2017.....	166
3.	Estudo de Caso: Reconstrução Judicial da Vontade e Utilização de	
	Sêmen Após a Morte	168
4.	O Embrião é Pessoa em Sentido Jurídico?	170

5. Monoparentalidade.....	171
5.1 A Desconstrução e a Reconstrução de Paradigmas	173
5.2 Liberdade e Responsabilidade	176

7 CÉLULAS-TRONCO E ASPECTOS GERAIS DA LEI DE BIOSSEGURANÇA..... 181

1. Introdução	181
2. “Mitologias Jurídicas da Modernidade”	183
3. Aspectos Gerais da Lei de Biossegurança	185
3.1 A questão da inconstitucionalidade do artigo 5º: medicalização do Direito?	186
3.2 Experimentação com células-tronco embrionárias	188
4. Uma Análise do Artigo 5º da Lei de Biossegurança e os Primeiros Votos na ADI n. 3.510.....	191
4.1 As vozes dos demais ministros na ADI n. 3.510.....	193
5 A Problemática da Fertilização <i>In Vitro</i> no Brasil e a “Inconstitucionalidade Parcial” do Artigo 5º da Lei n. 11.105/2005	201
6. Da Responsabilidade Penal.....	203
7. Considerações Finais.....	205

8 ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS 209

1. Organismos Geneticamente Modificados.....	209
2. A Lei de Biossegurança e a CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	211
3. Diversidade Biológica e OGM	212
4. Processo de Aprovação de um OGM no Brasil.....	217
5. Biossegurança, Princípio da Transparência e Rotulagem de Alimentos Geneticamente Modificados	220
6. Responsabilidade na Liberação de Pesquisas e Comércio de OGM e seus Derivados	223

9	DADOS GENÉTICOS HUMANOS.....	229
1.	Introdução	230
2.	Projeto Genoma Humano.....	232
3.	Legislação sobre Dados Genéticos Humanos.....	236
3.1	Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos.....	237
3.2	Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos	239
4.	Dados Genéticos Humanos e Direitos da Personalidade	240
5.	Identidade Genética.....	243
6.	Intimidade Genética.....	245
7.	Direito a Não-Discriminação Genética	253
8.	Considerações Finais.....	257
10	INVESTIGAÇÃO E MANIPULAÇÃO GENÉTICAS	261
1.	Introdução	263
2.	Investigação, Manipulação e Diagnóstico Genéticos	266
3.	Investigação Genética e Liberdade de Pesquisa.....	271
4.	Diagnóstico Genético Embrionário: Casos de <i>Wrongful Birth</i> e <i>Wrongful Life</i>	274
5.	Responsabilidade Civil nos Casos de <i>Wrongful Birth</i> e <i>Wrongful Life</i>	279
6.	Terapia Gênica.....	283
11	CLONAGEM HUMANA.....	287
1.	Introdução	287
2.	Panorama Jurídico da Clonagem no Brasil	288
3.	Clonagem Reprodutiva	289
4.	Clonagem Terapêutica e Manipulação de Células-Tronco	293
5.	Considerações Finais.....	297
12	PATENTEAMENTO DE MATERIAL GENÉTICO E DE ORGANISMOS VIVOS.....	299
1.	Introdução	299
2.	Patentes Biotecnológicas	300
3.	O Caso da Linha Celular dos Hagahai	309

13	TRANSEXUALIDADE	311
1.	A “Independência” do Homem	311
2.	Da Noção de Transexualidade	314
3.	Da Possibilidade Jurídica da Cirurgia e seus Reflexos no Direito	317
3.1	Registro civil	321
3.2	Casamento	324
3.3	Filiação	325
4.	Decisões Judiciais no Brasil	327
4.1	Alteração de nome e de gênero sem a cirurgia de mudança de sexo	334
5.	As Resoluções do Conselho Federal de Medicina	337
6.	Projetos de Lei	338
6.1	O Projeto de Lei n. 70, de 1995.	338
6.2	O Projeto de Lei n. 658, de 2011.	339
7.	Considerações Finais	342
14	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS	345
1.	As Lendas	345
2.	Breves Relatos Históricos	348
3.	Lei n. 9.434, de 4 de Fevereiro de 1997	349
3.1	Disposições gerais	350
3.2	Da disposição <i>post mortem</i> de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para fins de transplante	351
3.2.1	Morte encefálica	351
3.3	Outras considerações	354
3.4	Disposição de tecidos, órgãos e partes do corpo humano vivo para fins de transplante ou tratamento	358
3.5	Disposições complementares	363
3.6	Sanções penais e administrativas – Disposições finais	367
15	EUTANÁSIA E SUICÍDIO ASSISTIDO	369
1.	Introdução	370
2.	Eutanásia, Distanásia, Mistanásia e Suicídio Assistido	371

2.1	Holanda.....	375
2.2	As Regras do Código Penal Brasileiro.....	383
2.3	Ortotanásia no Brasil: a Resolução CFM n. 1.805/2006.....	390
2.4	A Resolução CFM n. 1.931/2009 – Código de Ética Médica.....	391
3.	O Caso Terri Schiavo	393
4.	Diretivas Antecipadas: A Solução?.....	395

16 BIOÉTICA ANIMAL E PROTEÇÃO JURÍDICA 399

1.	Introdução	399
2.	Da Senciência Animal	401
3.	Da Senciência à Consciência:	
	a Declaração de Cambridge sobre a Consciência.....	402
4.	Bioética Animal	403
4.1.	O Utilitarismo de Jeremy Bentham	403
4.2.	O Princípio da Igual Consideração de Interesses, de Peter Singer	405
4.3.	Os 3Rs na Experimentação com Animais.....	407
5.	Animais Não-humanos: Sujeitos de Direitos?.....	408
6.	Experimentação com Animais.....	414
6.1.	Experimental Animal no Brasil	414
6.2.	Experimental Animal na Europa	416

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 419